

# NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 29/Jun



cntv@cntv.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 2998- Ano 2023



RIO GRANDE DO NORTE

## Comida típica, muito forró e diversão no São João dos vigilantes

**Nos dias 24 e 25 de junho o Sindsegr realizou o São João dos vigilantes patrimoniais do RN**



O evento realizado na área de lazer do Sindsegr reuniu centenas de vigilantes e seus familiares durante dois dias de festa.

Um momento de muita descontração e confraternização para os valorosos companheiros vigilantes que enfrentam diariamente duras jornadas de trabalho.

Durante o final de semana animação não faltou, além de comidas típicas e bebidas, muito forró e até quadrilha improvisada animou os vigilantes presentes.



A atual coordenadora do Sindsegr, Dalcilene Cabral, abriu o evento agradecendo a presença de todos e explicou que a festa

teve como objetivo aproveitar o período junino para comemorar as conquistas do último ano e celebrar também o dia do trabalhador, data que sempre é realizada a tradicional festa dos vigilantes.



O coordenador eleito para nova gestão do Sindsecur, Márcio Lucena, agradeceu aos presentes o voto de confiança durante as eleições do Sindsecur e ressaltou a importância da categoria continuar unida para garantir ainda mais direitos e avançar cada vez mais nas conquistas.

O assessor da CNTV Iran Marcolino ressaltou que eventos como o que estava sendo realizado é resultado de uma diretoria que realiza um trabalho sério, com responsabilidade e é comprometida com a causa dos trabalhadores, que um espaço tão importante como área de lazer dos vigilantes é fruto de muita luta e união de toda a categoria.

Na ocasião a nossa entidade aproveitou o momento para agradecer importantes parceiros sempre estão presentes nas lutas dos vigilantes patrimoniais do RN como Sindicato dos Bancários RN, Sindforte/RN e Sintrocern além de diversos outros.

A prática do lazer desenvolvida pelo nosso sindicato é uma das políticas fundamentais na luta por qualidade de vida. Por isso, a família SINDSEGUR está cada vez mais fortalecida e sempre pronta para ir à luta defender as bandeiras históricas dos trabalhadores.

Fonte: Sindsecur RN

## Vigilante é campeão do Campeonato Potiguar de Fisiculturismo



**O Sindsecur em nome dos vigilantes do RN parabeniza o companheiro João Paulo, sócio**

do nosso sindicato e vigilante da empresa ADS pelo seu resultado no Campeonato Potiguar de Fisiculturismo.

No último domingo 25 de junho, João Paulo foi campeão em três categorias do Campeonato: classic physique categoria acima de 1,75, bodybuilder categoria acima de 85 kg e campeão bodybuilder overall ( campeão geral melhor da noite).

Vale ressaltar que o campeonato vale como etapa classificatória para o campeonato Brasileiro. Parabéns ao companheiro que mesmo com a dura jornada de vigilante também exerce a vida de atleta com tanta dedicação e comprometimento.

Fonte: Sindsecur RN

# Governo já começou a pagar segunda parcela do 13º do INSS

**Calendário começa por beneficiários que recebem até um salário mínimo; serão liberados R\$ 30,9 bilhões**



GOVERNO FEDERAL / DIVULGAÇÃO

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já podem contar com a segunda parcela do 13º salário desde segunda-feira (26). Os primeiros a receber são os segurados que recebem até um salário mínimo (R\$1.320).

O valor desta parcela pode vir menor do que a anterior, pois o governo vai descontar o imposto de renda pessoa física e pensão alimentícia, se houver. Ao todo serão liberados R\$ 30,9 bilhões.

Quem recebe a antecipação

De acordo com a Secretaria de Previdência, aposentados e pensionistas que passaram a receber o benefício depois de janeiro deste ano não receberão o valor do benefício na íntegra. Neste caso, o valor será calculado proporcionalmente aos meses em que a pessoa recebe o benefício.

Já os segurados que recebem benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) também têm direito a uma parcela menor. Nesse caso, a antecipação é calculada de acordo com o tempo de duração do benefício.

Por lei, não têm direito ao 13º salário os segurados que recebem benefícios assistenciais.

Os pagamentos serão de acordo com a numeração do NIS de cada segurado, de 1 a zero.

Veja o calendário de pagamentos para junho e julho do INSS para quem ganha até um SM

Final do benefício - Data do depósito da 2ª parcela

1	26/jun
2	27/jun
3	28/jun
4	29/jun
5	30/jun
6	03/jul
7	04/jul
8	05/jul
9	06/ jul
0	07/jul

Veja o calendário de pagamentos para junho e julho do INSS para quem ganha até acima de um SM

Final do benefício - Data do depósito da 2ª parcela

1 e 6	03/jul
2 e 7	04/jul
3 e 8	05/jul
4 e 9	06/jul
5 e 0	07/jul

Fonte: Redação CUT

# Banco Central: entenda o que é, o que faz e como impacta na vida de cada um de nós

**Instituição se tornou independente em 2021, durante o governo de Bolsonaro. Autonomia tem sido caminho para que políticas neoliberais que provocam desigualdade se mantenham sem que governo possa interferir**

FOTO: DIVULGAÇÃO/ARTE: ALEX CAPUANO (CUT)



Os últimos meses têm sido marcados pela intensificação da mobilização da CUT, centrais sindicais e movimentos populares, além de setores produtivos contra a alta taxa de juros, mantida pelo Banco Central, desde agosto de 2022 em 13,75%. É a maior taxa do mundo e traz inúmeros prejuízos à economia do país e, sobretudo, à população brasileira – os trabalhadores e trabalhadoras.

O governo federal, empresários, economistas progressistas, centrais sindicais e movimentos sociais são unânimes em afirmar que os juros altos travam o crescimento econômico, aumentam a dívida pública, impedem a geração de empregos e ainda provocam a desigualdade.

Um estudo internacional publicado em

2021, já mostrava que nos países em que os bancos centrais são independentes, ou seja, o Executivo não tem ingerência sobre as decisões da instituição, fica restringida indiretamente a política fiscal e acaba por enfraquecer a capacidade do governo de se envolver na redistribuição de renda. (veja abaixo).

Mas afinal, qual é o papel do Banco Central para o país. O que faz, e qual seu poder de atuação? Para responder essas e outras questões, o Portal CUT mostra, a seguir, quais são os principais pontos que todos os trabalhadores devem ter em mente sobre a instituição para entender de forma clara como a o BC vem tornando as nossas vidas financeiras mais difíceis.

## **O que é o Banco Central?**

Criado em 1964, a instituição é uma autarquia de natureza especial, inicialmente comandada pelo Executivo Federal com o propósito de regular, por meio de uma política monetária, a economia brasileira.

### **Para que serve?**

Entre as atribuições estão o controle da inflação, garantir a solidez do sistema financeiro, gerenciar a circulação da moeda nacional (em espécie) além de ser o banco dos bancos e o banco do governo.

Isso significa que o BC funciona como uma instituição onde os bancos mantêm contas com suas reservas, que são monitoradas a fim de garantir que transações financeiras aconteçam, ou seja que assegurem que os demais bancos terão capital suficiente para arcar com seus compromissos.

É também o banco do governo, que também mantém no BC suas reservas nacionais e internacionais.

Outra responsabilidade do Banco Central, definida por lei, é fomentar o pleno emprego no Brasil.

### **Comitê de Política Monetária – Copom**

O Comitê de Política Monetária (Copom) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu Presidente (hoje, Roberto Campos Neto) e diretores, que define, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia – a Selic.

Uma vez definida a taxa Selic, o Banco Central atua diariamente por meio de operações de mercado aberto – comprando e vendendo títulos públicos federais – para manter a taxa de juros próxima ao valor definido na reunião.

A última reunião foi realizada nos dias 20 e 21 de junho, quando o Copom definiu manter a taxa de juros em 13,75% ao ano. A próxima reunião deverá ocorrer em agosto.

## **Autonomia – o que é a quem serve?**

Em 2021 o ex-presidente Jari Bolsonaro (PL), sancionou a Lei Complementar 179 que deu autonomia ao Banco Central. Se antes a instituição era subordinada ao executivo, a partir da lei passou a ter autonomia para, por exemplo, como acontece hoje, manter taxas elevadas de juros como política monetária, tornando-se, portanto, parcial em seu posicionamento, já que penaliza a classe trabalhadora e favorece os rentistas (aqueles que ganham dinheiro com investimentos e não com produção) e o sistema financeiro (os bancos).

Em outras palavras, transfere recursos da população ao sistema financeiro, promovendo ainda mais desigualdade no país.

A autonomia, de acordo com a lei, dá poder ao BC que as metas da política monetária sejam estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (Copom), ligado ao próprio banco.

O presidente do Banco Central é escolhido pelo presidente da República e tem mandato de quatro anos. A figura que atualmente ocupa o cargo é o declarado apoiador de Bolsonaro, Roberto Campos Neto, que de acordo com o movimento sindical tem agido para boicotar o atual governo com a manutenção toda taxa básica de juros em patamares elevados.

De acordo com a lei, apenas o Senado tem o poder de avaliar a conduta do presidente do Banco Central. Desta forma, é o Senado que pode decidir a permanência dele no cargo.

### **Política monetária – como os juros altos impactam na vida de cada um**

Por ter a finalidade de controlar e alcançar as metas de inflação do país, o Banco Central define, por meio da política monetária, qual a taxa de juros básica a ser aplicada no país. É conhecida como Selic e serve de referência para todas as transações financeiras realizadas, desde empréstimos pessoais a juros do cartão de crédito, passando por operações que movimentam a economia do país como os

financiamentos destinados à produção nos mais diversos setores.

Ou seja, não somente o cidadão, mas também o setor produtivo – as empresas, o comércio, as indústrias, a agricultura e a pecuária também ficam submetidas a tal política.

**Trabalhadores:** Para o cidadão comum, os impactos mais cotidianos são sentidos na hora de pagar as contas. Um exemplo simples é quando o brasileiro, por conta do orçamento apertado, precisa entrar no rotativo do cartão de crédito. É a alta taxa de juros do Banco Central o ponto de partida para que os bancos e administradoras de cartões pratiquem a taxa de mais de 400% ao ano.

Trabalhadores e trabalhadoras também sentem no bolso a alta taxa de juros ao comprar bens de consumo como eletrodomésticos, veículos, entre outros. Com a taxa de juros em 13,75%, o consumidor acaba pagando cerca de 50% do valor do bem adquirido, somente como juros.

“Os juros estão embutidos nos produtos. Quando um trabalhador vai comprar uma geladeira, um fogão, ele não compra à vista. Ele financia e com os juros praticados, compra um, mas acaba pagando por três”, disse o presidente da CUT, Sérgio Nobre, durante os atos contra os juros altos, realizados no dia 21 de junho.

**Setor produtivo:** Por este motivo, o fomento à geração de empregos, previsto em lei como atribuição do Banco Central, fica comprometido. Com juros altos, o consumo se reduz e isso impacta na produção, que por sua vez gera empregos. Ou seja, se não há consumo, não há produção, se não há produção não há empregos, se não há empregos não há consumo e assim a economia na gira.

“A taxa de juros, que é definida pelo BC, tem o poder de gerar emprego ou de causar desemprego. Quando está muito alta, como agora, ela impede a geração de emprego. Porque, com a taxa tão alta, as pessoas não

conseguem comprar, não conseguem financiar uma casa, porque vão pagar duas. Elas não vão financiar um carro, porque metade do preço vai ser de juros”, explicou a vice-presidenta da CUT, Juvandia Moreira, também vice-presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

**Governo e investimentos públicos:** com a Selic alta, o governo federal também fica obrigado a dispor de mais recursos que poderiam ser destinados a áreas sociais. Para manter investimentos, é praxe o governo emitir títulos da dívida pública, que são adquiridos por investidores – os ricos – que por sua vez, ao resgatarem esses títulos, esses valores serão corrigidos. Com juros altos, é mais dinheiro que o governo é obrigado a pagar.

Juvandia Moreira explica que o governo está gastando em torno de R\$ 600 bilhões com o serviço da dívida, a cada ano. “Imagina esse dinheiro na economia? Quantas casas próprias, moradias populares, creches e hospitais. Então quanto mais alta a taxa de juros, mais o governo gasta”, ela conclui.

Vale lembrar que esses recursos são públicos, ou seja, é dinheiro do consumidor, do trabalhador e de empresas que pagam seus impostos. Desta forma, “ao invés do governo ter dinheiro para investir, gerar emprego e renda, o governo tem que pagar para o mercado financeiro, para os especuladores”, reafirma a vice-presidenta da CUT.

**Profecia:** Ainda em 2021, quando o projeto havia sido aprovado no Senado, em entrevista ao Portal da CUT, o economista e presidente do Instituto Lula, Marcio Pochmann havia dito que a autonomia escondia uma parcialidade já que a instituição ficaria distante de políticas governamentais.

“Nas mãos do mercado financeiro, o BC não atuará numa política de incentivo ao emprego e à renda. O trabalhador também será prejudicado com uma política de juros

altos que influenciam a habitação, seus gastos pessoais, as contas no supermercado. A vida ficará mais difícil para quem precisa de crédito pra comprar bens duráveis, de consumo, como carros, imóveis e até a possibilidade das empresas contratarem em investir em obras”, disse o economista à época.

O fato se consumou. Hoje, Campos Neto, alheio à queda da inflação e ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) apresentada nos últimos meses, insiste em manter a taxa de juros em patamar elevado, argumentando que a economia ‘ainda precisa dar sinais de estabilidade’.

### **Banco Central independente trava o desenvolvimento e gera desigualdade**

Segundo cálculos do próprio Banco Central para cada 1% de elevação da taxa de juros a dívida pública do país sobe em R\$ 38 bilhões. De acordo com economistas, caso a taxa fosse reduzida em apenas meio ponto percentual durante um ano, isso já garantiria o orçamento de 2023 para o Programa Minha Casa Minha Vida.

“Se você tem uma taxa 5% acima do que deveria custar, isso custa R\$ 190 bilhões de reais. O governo fica fazendo economia de meio bilhão, um bilhão, mas gasta quase 200 bilhões em razão de uma taxa nessa altura”, explicou o vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, na última quinta-feira (22), em entrevista coletiva em Brasília.

Um estudo do Banco Mundial de 2021 aponta ainda que a independência do BC provoca uma desregulação da economia e dá liberdade total aos mais ricos, explodindo o valor dos ativos (os títulos da dívida pública, por exemplo) no mercado, privilegiando exclusivamente as elites.

“Observe que, neste modelo, a desigualdade é um efeito colateral e não um objetivo em si. Não estamos afirmando que o BC independente está causando desigualdade. Em vez disso,

estamos postulando que ele modifica os incentivos dos formuladores de políticas para adotar políticas de compensação”, explicam os economistas Michael Aklin (Universidade de Pittsburgh), Andreas Kern (Universidade Georgetown) e Mario Negre (Banco Mundial), responsáveis pela pesquisa

O estudo analisou dados de 121 países, no período de 1980 a 2013, e descobriu que durante esse intervalo de tempo os mais ricos aumentaram sua fatia na renda total dessas nações, em prejuízo das camadas de menor renda.

“O impacto foi especialmente severo para os 10% mais pobres, mas também foi negativo e estatisticamente significativo para os 60% da população com menor renda”.

### **Luta da CUT contra os juros altos**

Após intensa mobilização a fim de pressionar Campos Neto a baixar os juros, a CUT, centrais sindicais e movimentos populares irão ao Senado Federal exigir ações para reverter a política monetária atual, praticada pelo Banco Central comandado por Campos Neto.

“A autonomia do Banco Central e a manutenção de Roberto Campos Neto, um agente do então governo Bolsonaro, como presidente dessa instituição essencial à regulação macroeconômica, beneficiam a minoria de especuladores e rentistas, em prejuízo da classe trabalhadora, quem produz, comercializa, presta serviços, enfim, da maioria da população, que não aguentam as altas taxas de juros praticadas do Brasil”, diz trecho de nota publicada no dia 21 de junho.

O posicionamento expresso da Central é de “o Senado Federal deve tomar as medidas cabíveis para retirar da presidência do BC - um inimigo do Brasil”.

**FONTE: Redação CUT | Editado por: Rosely Rocha**

# STF determina suspensão de processos que tratam de contribuição previdenciária sobre terço de férias

**De acordo com o ministro André Mendonça, a providência é necessária até que a Corte defina os efeitos da decisão em que considerou legítima a incidência.**



O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão nacional de todos os processos judiciais e administrativos fiscais que discutam a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre o terço constitucional de férias. A suspensão deve vigorar até que a Corte defina os efeitos da decisão tomada no Recurso Extraordinário (RE) 1072485, em agosto de 2020, em que julgou legítima a incidência.

## **Prejuízos**

Após a decisão, a empresa autora do recurso, o Ministério Público Federal (MPF) e a Associação Brasileira da Advocacia Tributária (Abat), por meio de embargos declaratórios, pediram a modulação da decisão, mas, em razão de pedido de destaque no ambiente virtual, a questão será debatida presencialmente no Plenário.

Em petição, a Abat pediu a suspensão nacional dos processos sobre o tema, alegando que Tribunais Regionais Federais estariam aplicando a tese de repercussão geral sem considerar a possibilidade de modulação, o que pode causar prejuízos às partes.

## **Resultados anti-isonômicos**

Ao acolher o pedido, o ministro André Mendonça afirmou que a medida evitará resultados anti-isonômicos entre contribuintes em situações equivalentes. Segundo ele, a suspensão se torna ainda mais urgente porque ainda não há previsão de julgamento dos embargos declaratórios, e, no exame da modulação, até o pedido de destaque, havia uma divisão, com cinco votos de um lado e quatro de outro.

FONTE: STF



# Com Bolsonaro, 1 a cada 5 famílias lideradas por mulheres negras passou fome

**Pesquisa aponta perfil de grupos que mais sofreram com segurança alimentar**



**Mulheres negras foram as que mais sofreram durante a pandemia. A fome atingiu o dobro de lares chefiados por pessoas negras em comparação às brancas e a situação é ainda pior quando se considera as mulheres negras, conforme aponta o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Vigisan), divulgado nessa segunda-feira (26)**

O levantamento mostra que 1 a cada 5 famílias chefiadas por pessoas autodeclaradas pretas ou pardas sofriam com fome no país, o equivalente a 17% e 20,6%, respectivamente. Os números caem para 1 a cada 10 famílias, ou 10,6%, quando se observam núcleos comandados por

pessoas autodeclaradas brancas (10,6%).

Ao avaliar as famílias encabeçadas por mulheres negras, a situação de insegurança alimentar grave cresce para 22%, contra 13,5% das chefiadas por mulheres brancas.

A pesquisa materializa um cenário já

percebido nas ruas de todo o país, conforme destaca a Secretária de Combate ao Racismo da CUT, Anatalina Lourenço. Mulher negra, ela comenta que os impactos causados pelo governo negacionista de Jair Bolsonaro (PL) são perceptíveis há tempos por quem convive com os setores mais fragilizados da classe trabalhadora.

“As trabalhadoras ainda estão sofrendo para retornar ao mercado de trabalho. Se observarmos os dados das domésticas, por exemplo, um dos grupos mais vulneráveis do país, veremos que em fevereiro de 2019, havia 6,2 milhões, sendo 92% mulheres e 66% negras. No mesmo período, mas em 2021, durante a pandemia, o contingente caiu para 4,9 milhões e apenas 26,7% com carteira assinada e um salário médio de R\$ 925”, destaca.

Segundo o levantamento da Vigisan, em todo o país, 33 milhões de pessoas passavam fome no país entre novembro de 2021 e abril de 2022, período em que a pesquisa visitou 12.745 domicílios distribuídos em 577 municípios brasileiros de áreas urbanas e rurais.

A pesquisa contou com apoio da Ação da Cidadania, ActionAid, Ford Foundation, Fundação Friedrich Ebert Brasil, Ibirapitanga, Oxfam Brasil e Sesc São Paulo.

### **Desigualdade tem gênero**

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) o rendimento médio mensal das mulheres no mercado de trabalho, R\$ 2.909, é 21% menor do que o dos homens, R\$ 3.305. Os dados divulgados em março deste ano consideram o terceiro trimestre de 2022.

Outra avaliação, desta vez do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em 2022, aponta que entre pessoas pardas ou pretas, o rendimento mensal médio

é cerca de 60% menor do que o de pessoas brancas.

Para a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Juneia Batista, os problemas aprofundados pela irresponsabilidade de Bolsonaro demorarão um longo período para que possam ser compensados.

“Não podemos esquecer que o primeiro caso registrado no Brasil de Covid-19 foi de uma trabalhadora doméstica, em fevereiro de 2020, contaminada por patrões que voltavam da Europa. Hoje a classe trabalhadora, em especial as mulheres, ainda sofrem os principais impactos, do ponto de vista sanitário, mas, principalmente, econômico, de sobrevivência. Temos um longo período pela frente para consertar esse estrago”, explica.

Ainda segundo os dados apresentados pela Vigisan, a segurança alimentar só esteve presente em 21,3% dos lares chefiados por mulheres negras, o equivalente a menos da metade do encontrado em domicílios encabeçados por homens brancos (52,5%) e quase metade dos conduzidos por mulheres brancas (39,5%).

Para Anatalina, parte essencial do processo de reconstrução passa pelo investimento intenso em políticas públicas capazes de recuperar a renda e atacar diretamente a miséria.

“O governo Lula precisa fazer campanhas massivas, distribuição de alimentos, ampliar a quantidade de refeições nas unidades escolares, sensibilizar todas as esferas do Estado brasileiro e conscientizar todos os setores da sociedade brasileira sobre a responsabilidade conjunta que temos no enfrentamento à fome às desigualdades sociais”, afirma.

**FONTE: CUT**

# Julgamento de ação sobre guardas municipais é suspenso para aguardar voto do novo ministro

**Associação pretende que as guardas municipais sejam consideradas órgãos integrantes da segurança pública**



O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o julgamento de ação que discute se as guardas municipais são órgãos integrantes da segurança pública, para aguardar o voto de Cristiano Zanin, que tomará posse em 3 de agosto como ministro da Corte. A matéria está em discussão na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 995, que estava sendo julgada na sessão virtual concluída em 23/6.

Autora do pedido, a Associação das Guardas Municipais do Brasil (AGMB) defende que as guardas municipais se inserem no sistema de segurança pública, mas diversas decisões judiciais não reconhecem essa situação, o que afetaria o exercício das atribuições do órgão e comprometeria a segurança jurídica.

## Atividades típicas

O ministro Alexandre de Moraes (relator) votou pela procedência do pedido, afastando todas as interpretações judiciais que excluem as guardas municipais, devidamente criadas e instituídas, como integrantes do Sistema de Segurança Pública. Para ele, o quadro normativo Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

constitucional e legal e a jurisprudência do Supremo permitem concluir que a instituição é órgão de segurança pública.

Segundo o ministro, as guardas têm entre suas atribuições prevenir, inibir e coibir, pela presença e vigilância, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra bens, serviços e instalações municipais. “Trata-se de atividade típica de segurança pública exercida na tutela do patrimônio municipal”, afirmou. Acompanharam integralmente o voto do relator os ministros Luiz Fux, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso

## Requisitos

Já para o ministro Edson Fachin, a AGMB não comprovou que se enquadra como entidade de classe de âmbito nacional nem demonstrou a existência de controvérsia judicial relevante. A ministra Rosa Weber votou no mesmo sentido.

## Procedência parcial

O ministro André Mendonça acompanhou a divergência do ministro Fachin pelo não conhecimento da ADPF. Se vencido nesse ponto, votou pela procedência parcial do pedido para reconhecer que as guardas municipais integram o Sistema de Segurança Pública, devendo-se observar as peculiaridades e as distinções de tratamento que lhes são inerentes comparadas aos demais órgãos integrantes do mesmo sistema. A ministra Cármen Lúcia e o ministro Nunes Marques seguiram esse entendimento.

SP/AD//CF - Fonte: STF

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF